



## **1º de Maio – Dia Mundial do Trabalho**

“A história do Primeiro de Maio mostra, portanto, que se trata de um dia de luto e de luta, mas não só pela redução da jornada de trabalho, mais também pela conquista de todas as outras reivindicações de quem produz a riqueza da sociedade.” – Perseu Abramo



### **Quebre os grilhões**

O Dia Mundial do Trabalho foi criado em 1889, por um Congresso Socialista realizado em Paris. A data foi escolhida em homenagem à greve geral, que aconteceu em 1º de maio de 1886, em Chicago, o principal centro industrial dos Estados Unidos naquela época.

Milhares de trabalhadores foram às ruas para protestar contra as condições de trabalho desumanas a que eram submetidos e exigir a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Naquele dia, manifestações, passeatas, piquetes e discursos movimentaram a cidade. Mas a repressão ao movimento foi dura: houve prisões, feridos e até mesmo mortos nos confrontos entre os operários e a polícia.

Em memória dos mártires de Chicago, das reivindicações operárias que nesta cidade se desenvolveram em 1886 e por tudo o que esse dia significou na luta dos trabalhadores pelos seus direitos, servindo de exemplo para o mundo todo, o dia 1º de maio foi instituído como o Dia Mundial do Trabalho.

**Fonte: IBGE / Ministério do Trabalho**

## Policiais Federais homenageam personalidades



*Na foto, o presidente da Fedcont Luiz Sergio cumprimentando o homenageado Antônio Neto.*

A Federação Nacional dos Policiais Federais, promoveu na noite do 28/4 (segunda-feira), solenidade com a presença de mais de uma centena de associados, convidados e homenageados, em Armação de Búzios no Silk Beach Club localizado na Praia Brava. Entre as autoridades homenageadas presentes, estavam os Senadores Alvaro Dias (PSDB) e Randolfe Rodrigues (PSOL), os Deputados Federais Otoniel Lima (PRB) e Decio Lima (PT), assim como outras personalidades, dentre as quais Antônio Neto (presidente da CSB e do SINDPD - São Paulo). O Prefeito de Armação de Búzios, André Granado, agradeceu a presença de todos, enfatizando ter a Federação escolhido o lugar ideal para a realização do evento. Após a sucessão de discursos, enaltecendo o evento, foram entregues as comendas, encerrando-se com coquetel.



Aspecto da Mesa

## Câmara Municipal de Volta Redonda repudia a extinção da profissão de Técnicos em Contabilidade

A Câmara Municipal de Volta Redonda aprovou neste último dia 28.04.2014 moção de repúdio de autoria do Vereador Walmir Vitor de Souza a Lei 12.249/10 que retira do Técnico em Contabilidade o direito de se inscrever nos Conselhos Regionais a partir de 2015.

A seguir a moção na íntegra



CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA – RJ

MOÇÃO DE REPUDIO

REQUEIRO NOS TERMOS REGIMENTAIS E APÓS OUVIDO O DOUTO PLENÁRIO QUE SEJA ENCAMINHADA MOÇÃO DE REPUDIO PARA FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO E BAHIA E SENADO FEDERAL \_BRASILIA-DF.

**MANIFESTO PELA REVOGAÇÃO DO PARAGRAFO 2º DO ARTIGO 12 INTRODUZIDO PELA LEI Nº 12.249/2010 NO DECRETO LEI Nº9295/46 DE REGÊNCIA DA PROFISSÃO DE CONTADOR E TÉCNICO EM CONTABILIDADE.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**, Poder Legislativo do Município de Volta Redonda, com sede na Av. Lucas Evangelista nº 511 Aterrado, Estado Rio de Janeiro, por meio do Vereador Walmir Vitor de Souza, que é Técnico em Contabilidade, e demais Vereadores, assinam o presente “**MANIFESTO**” em favor do “**Direito dos Técnicos em Contabilidade se inscreverem nos conselhos Regionais e pela manutenção do exercício da Profissão do Técnico em Contabilidade**”, sendo assim, todos os representantes do Poder Legislativo do Município de Volta Redonda, requerem que o presente documento e suas cópias sejam protocolizadas junto a :

1) Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, sito Av. Presidente Vargas nº 502-8º Andar\_Centro-Rio de Janeiro-RJ-CEP 20071-000;(cópia).

2) SENADO FEDERAL \_Brasilia-DF, com cópia para Senador Paulo Paim e original destinado ao Senador Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal;

Para que as autoridades competentes tenham o conhecimento que os representantes do Poder Legislativo do Município de Volta Redonda-RJ, hoje com população aproximadamente de 320 mil habitantes, preocupados com a extinção da Profissão de Técnico em Contabilidade e ainda mais com as consequências que a manutenção do referido parágrafo irá trazer para a sociedade brasileira, extinguindo também Escolas e Cursos Técnicos e a certeza da diminuição de postos de trabalho, fatos



CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA – RJ

esses, que colidem com diversos princípios da Constituição da República Federativa do Brasil.

Manifestamos a nossa posição pela existência de Profissionais de um importante seguimento do nosso mercado de trabalho, que prestam relevantes serviços a Nação Brasileira, orientando os recolhimentos de tributos e registrando atos e fatos do dia das relações empresárias e societárias.

Repudiamos a manutenção do referido parágrafo que ao nosso entendimento irá provocar grandes prejuízos a um número enorme de cidadãos, que utilizam da formação de um curso técnico para serem incluídos no mercado de trabalho, retirando-lhes o Direito da Educação e a Formação Técnica e acima de tudo um trabalho digno para sua existência.

Assim invocamos todos os Princípios Constitucionais que possam proteger e dar garantias de Existências ao direito de trabalho para todos Profissionais Técnicos em Contabilidade, o Espírito Republicano da Nossa Democracia, para manifestar o nosso total apoio pela:

"REVOGAÇÃO DO PARAGRAFO 2º DO ARTIGO 12 INTRODUZIDO PELA LEI 12249/2010 NO DECRETO LEI 9295/46 DE REGENCIA DA PROFISSÃO DE CONTADOR E TECNICO EM CONTABILIDADE", garantindo segurança jurídica em nosso ordenamento para um seguimento profissionais de grande importância para o Brasil.

Sala Getulio Vargas, 28 de abril de 2014.

WALMIR VITOR DE SOUZA  
VEREADOR PT

*Técnicos Contabilidade*

## E se reduzirmos a jornada trabalhista para 6 horas?

**Por Camen López**

Gotemburgo começará uma experiência para saber se trabalhar 6 horas por dia é mais benéfico para a produtividade, a saúde e a felicidade dos trabalhadores

O debate não é novo, mas foram os suecos que se decidiram a provar sua eficácia: Gotemburgo (a segunda cidade em importância da Suécia) fará um experimento para constatar o sucesso ou o fracasso da redução da jornada trabalhista para 6 horas diárias, segundo declarou Mats Pilhem, conselheiro da prefeitura e pertencente ao Partido da Esquerda, ao jornal sueco The Local.

A proposta do ensaio é simples: a metade dos funcionários da prefeitura manterão sua jornada habitual de quarenta horas semanais enquanto a outra metade desenvolverão uma jornada diária de 6 horas. Todos os trabalhadores ganharão o mesmo salário (é provável que os do segundo grupo estejam esfregando as mãos neste momento pensando no tamanho de

sua sorte). Dentro de um ano serão avaliados os resultados do estudo para decidir que tipo de horário é mais benéfico para a sociedade de modo geral. “Esperamos que os trabalhadores de nosso modelo tenham menos dias de baixa por doença e se sintam melhor física e mentalmente após ter jornadas trabalhistas mais curtas”, explicou Pilhem.

A prova da redução da carga horária da jornada trabalhista obteve mais vezes resultados irregulares. Pilhem em suas declarações faz alusão a uma fábrica automobilística da própria cidade que obteve conclusões positivas. Seus opositores, no entanto, lembram o caso da cidade de Kiruna, que depois de dezesseis anos com a jornada reduzida decidiu voltar à jornada original por motivos econômicos e de saúde.

Seja como for, o que evidencia a decisão das autoridades suecas é a preocupação europeia com a duração das jornadas trabalhistas, que causam problemas que vão desde a conciliação trabalhista e familiar até à produtividade e eficiência das empresas. Há apenas algumas semanas, a França anunciou que engenheiros e consultores eram obrigados a desligar seus celulares e dispositivos eletrônicos corporativos durante 11 horas por dia para tentar acabar assim com as jornadas trabalhistas intermináveis. Isto é, desligar o computador e o celular do trabalho e esquecer deles até a manhã seguinte, uma ação que para muitos e muitas é inimaginável nos dias de hoje.

Na Espanha, o problema é quase maior devido aos horários que, por si só, já são estendidos, e à cultura do “presentismo” trabalhista que impera na sociedade há alguns anos e é agravada por fatores como a crise. No entanto, alguns setores começaram a criar iniciativas para que os horários de trabalho sejam moldados de modo que haja uma melhoria na vida social e familiar das pessoas. É o caso, por exemplo, da Associação para a Racionalização dos Horários Espanhóis (ARHOE) cujo manifesto defende por “uma profunda modificação dos horários na Espanha, que nos ajude a ser mais felizes, a ter mais qualidade de vida e a ser mais produtivos e competitivos.”

Um dos objetivos do manifesto é favorecer a igualdade entre o homem e a mulher, já que as jornadas trabalhistas que são maratonas afetam especialmente às mulheres. De fato, o partido político sueco Iniciativa Feminista, é um dos principais defensores do experimento da redução das horas de trabalho já que fará a vida trabalhista bem mais acessível às mulheres com filhos. Até o momento, as medidas que estavam sendo tomadas pareciam encaminhadas a adaptar a vida pessoal e familiar com o trabalho (com a extensão dos horários dos colégios, por exemplo) mas parece que as coisas começam a mudar, ao menos no resto de Europa. Do resultado do experimento de Gotemburgo pode ser que possam extrair os roteiros para avançar na direção adequada para a verdadeira conciliação.

*Fonte : brasil.elpais/28.04.2014 – Publicado por Nelci Gomes para o JusBrasil*

## **Barbosa: declaração de Lula é fato grave e merece repúdio**

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, emitiu uma nota nesta segunda-feira na qual lamenta as declarações do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que afirmou em entrevista à TV portuguesa RTP que o julgamento do mensalão foi 80% político. Segundo Barbosa, a fala do petista é um fato grave que merece o mais veemente repúdio.

Para Barbosa, a opinião de Lula demonstra dificuldade em compreender o extraordinário papel reservado a um Judiciário independente em uma democracia verdadeiramente digna desse nome. Leia a nota na íntegra:

Lamento profundamente que um ex-Presidente da República tenha escolhido um órgão da

imprensa estrangeira para questionar a lisura do trabalho realizado pelos membros da mais alta Corte de Justiça do País. A desqualificação do Supremo Tribunal Federal, pilar essencial da democracia brasileira, é um fato grave que merece o mais veemente repúdio. Essa iniciativa emite um sinal de desesperança para o cidadão comum, já indignado com a corrupção e a impunidade, e acuado pela violência. Os cidadãos brasileiros clamam por justiça.

A Ação Penal 470 foi conduzida de forma absolutamente transparente. Pela primeira vez na história do Tribunal, todas as partes de um processo criminal puderam ter acesso simultaneamente aos autos, a partir de qualquer ponto do território nacional uma vez que toda a documentação fora digitalizada e estava disponível em rede. As cerca de 60 sessões do julgamento foram públicas, com transmissão ao vivo pela TV Justiça, além de terem recebido cobertura jornalística de mais de uma centena de profissionais de veículos nacionais e estrangeiros. Os advogados dos réus acompanharam, desde o primeiro dia, todos os passos do andamento do processo e puderam requerer todas as diligências e provas indispensáveis ao exercício do direito de defesa.

Acolhida a denúncia em agosto de 2007, o Ministério Público e os réus tiveram oportunidade de indicar testemunhas. Foram indicadas, no total, cerca de 600. Acusação e defesa dispuseram de mais de quatro anos para trazer ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal as provas que eram do seu respectivo interesse.

Além da prova testemunhal, foram feitas inúmeras perícias, muitas delas realizadas por órgãos e entidades situadas na esfera de mando e influência do Presidente da República, tais como:

- Banco Central do Brasil;
- Banco do Brasil;
- Polícia Federal;
- COAF.

Também contribuíram para o resultado do julgamento provas resultantes de trabalhos técnicos elaborados por órgãos da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e por Comissão Parlamentar de Inquérito Mista do Congresso Nacional.

Portanto, o juízo de valor emitido pelo ex-Chefe de Estado não encontra qualquer respaldo na realidade e revela pura e simplesmente sua dificuldade em compreender o extraordinário papel reservado a um Judiciário independente em uma democracia verdadeiramente digna desse nome.

O mensalão do PT

Em 2007, o STF aceitou denúncia contra os 40 suspeitos de envolvimento no suposto esquema denunciado em 2005 pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB) e que ficou conhecido como mensalão. Segundo ele, parlamentares da base aliada recebiam pagamentos periódicos para votar de acordo com os interesses do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Após o escândalo, o deputado federal José Dirceu deixou o cargo de chefe da Casa Civil e retornou à Câmara. Acabou sendo cassado pelos colegas e perdeu o direito de concorrer a cargos públicos até 2015.

No relatório da denúncia, a Procuradoria-Geral da República apontou como operadores do núcleo central do esquema José Dirceu, o ex-deputado e ex-presidente do PT José Genoino, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares e o ex-secretário-geral Silvio Pereira. Todos foram denunciados por formação de quadrilha. Dirceu, Genoino e Delúbio responderam ainda por corrupção ativa.

O relator apontou também que o núcleo publicitário-financeiro do suposto esquema era composto pelo empresário Marcos Valério e seus sócios (Ramon Cardoso, Cristiano Paz e Rogério Tolentino), além das funcionárias da agência SMP&B Simone Vasconcelos e Geiza Dias. Eles responderam por pelo menos três crimes: formação de quadrilha, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. A então presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, e os diretores José Roberto Salgado, Vinícius Samarane e Ayanna Tenório foram denunciados por formação de quadrilha, gestão fraudulenta e lavagem de dinheiro.

O publicitário Duda Mendonça e sua sócia, Zilmar Fernandes, respondem a ações penais por lavagem de dinheiro e evasão de divisas. O ex-ministro da Secretaria de Comunicação (Secom) Luiz Gushiken é processado por peculato. O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato foi denunciado por peculato, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Em 2008, Sílvio Pereira assinou acordo com a Procuradoria-Geral da República para não ser mais processado no inquérito sobre o caso. Com isso, ele teria que fazer 750 horas de serviço comunitário em até três anos e deixou de ser um dos 40 réus. José Janene, ex-deputado do PP, morreu em 2010 e também deixou de figurar na denúncia.

O ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) respondeu processo por peculato, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A denúncia incluía ainda parlamentares do PP, PR (ex-PL), PTB e PMDB. Entre eles o próprio delator, Roberto Jefferson. Em julho de 2011, a Procuradoria-Geral da República, nas alegações finais do processo, pediu que o STF condenasse 36 dos 38 réus restantes. Ficaram de fora o ex-ministro da Comunicação Social Luiz Gushiken e o irmão do ex-tesoureiro do Partido Liberal (PL) Jacinto Lamas, Antônio Lamas, ambos por falta de provas.

A ação penal começou a ser julgada em 2 de agosto de 2012. A primeira decisão tomada pelos ministros foi anular o processo contra o ex-empresário argentino Carlos Alberto Quaglia, acusado de utilizar a corretora Natimar para lavar dinheiro do mensalão. Durante três anos, o Supremo notificou os advogados errados de Quaglia e, por isso, o defensor público que representou o réu pediu a nulidade por cerceamento de defesa. Agora, ele vai responder na Justiça Federal de Santa Catarina, Estado onde mora. Assim, restaram 37 réus no processo. No dia 17 de dezembro de 2012, após mais de quatro meses de trabalho, os ministros do STF encerraram o julgamento do mensalão. Dos 37 réus, 25 foram condenados, entre eles Marcos Valério (40 anos e 2 meses), José Dirceu (10 anos e 10 meses), José Genoíno (6 anos e 11 meses) e Delúbio Soares (8 anos e 11 meses).

Após a Suprema Corte publicar o acórdão do processo, em 2013, os advogados entraram com os recursos. Os primeiros a serem analisados foram os embargos de declaração, que têm como função questionar contradições e obscuridades no acórdão, sem entrar no mérito das condenações. Em seguida, o STF decidiu, por seis votos a cinco, que as defesas também poderiam apresentar os embargos infringentes, que possibilitariam um novo julgamento para réus que foram condenados por um placar dividido esses recursos devem ser julgados em 2014.

Em 15 de novembro de 2013, o ministro Joaquim Barbosa decretou as primeiras 12 prisões de condenados, após decisão dos ministros de executar apenas as sentenças dos crimes que não foram objeto de embargos infringentes. Os réus nessa situação eram: José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares, Marcos Valério, Ramon Hollerbach, Cristiano Paz, Kátia Rabello, José Roberto Salgado, Henrique Pizzolato, Simone Vasconcelos, Romeu Queiroz e Jacinto Lamas. Todos eles se apresentaram à Polícia Federal, menos Pizzolato, que fugiu para a Itália.

**Publicado por VOOZ para o JusBrasil – 28.04.2014**

## Justiça poderia ter começado a corrigir um dos maiores erros de sua história. Mas juiz não foi. Já tinha compromisso

Publicado por Vanice Cestari para o JusBrasil

Todas as pessoas e instituições estão sujeitas a erros. Há os graves, os leves, os grandes e os pequenos, de todo o tipo, que mostram acima de tudo como somos falíveis. Mas existe uma segunda etapa a se analisar. A forma como essas pessoas e instituições lidam com os erros. Nesse momento, muito pode ser relevado sobre a essência de quem os comete. O assunto deste post é o Poder Judiciário e a forma como lidou com um dos principais equívocos de sua história. Dois médicos estão presos injustamente há cinco anos no Pará. Foram acusados de serem assassinos e estupradores em série no Pará e no Maranhão. Há provas de que são inocentes. Hoje de manhã, a Justiça poderia ter começado a reparar seus erros, mas o juiz relator do caso não apareceu porque tinha outro compromisso. Paciência. Os médicos terão que esperar um pouco mais para ganharem a liberdade.

Tudo começou ainda nos anos no final dos anos 1980 e começo dos 1990, quando garotos do Pará e no Maranhão começaram a desaparecer misteriosamente. Ao longo da década, foram pelo menos 41 meninos, entre 5 e 14 anos, que depois de mortos eram emasculados (tinham seus órgãos sexuais retirados). O caso triste e assustador foi a Júri em setembro de 2003, quando dois médicos de Altamira, Césio Brandão e Anísio Ferreira foram condenados a 56 anos de prisão. Conforme a acusação, eles faziam parte de um grupo que organizava rituais de magia negra. Os assassinatos ocorriam por motivos “religiosos”. O fato dos médicos serem espíritas foi decisivo para formar a convicção do Júri.

Em dezembro de 2003, contudo, quando os dois já estavam presos, outro menino desapareceu no Maranhão. Um suspeito, Francisco Chagas, foi identificado. Em seguida, Chagas confessou as 41 mortes, inclusive as ocorridas mais de uma década antes em Altamira, quando morava na cidade. Chagas deu detalhes que só ele poderia dar. Disse, por exemplo, que além da retirada dos órgão sexuais das crianças, extraia as córneas, o que de fato foi verificado com a exumação das vítimas. Em Altamira, Chagas ainda apontou corretamente o local das ossadas. Cruzaram datas de morte e estadia de Chagas. Tudo bateu. Atualmente, o serial killer já foi condenado há mais de 200 anos de prisão.

Como proceder diante de tão grave injúria contra os médicos falsamente acusados? Não se trata apenas do tempo na prisão. Mas acima de tudo o que os dois e seus familiares passaram, carregando o estigma desses crimes bárbaros. Como tentar reparar esse absurdo inominável? Na manhã de hoje, era para ocorrer a sessão onde seria estabelecida a revisão criminal na 3ª Vara do Júri de Belém do Pará. O objetivo seria tentar anular o resultado do julgamento que condenou os médicos, para que um novo Júri fosse marcado. A família dos dois, que atualmente mora no Espírito Santo, queria estar presente. Eles pegaram um trem para Belo Horizonte, onde a passagem de avião saía mais em conta. O valor nunca fica abaixo dos R\$ 1,2 mil. O sacrifício é ainda maior porque os familiares dos médicos passam por dificuldades financeiras.

Mas novas vidas iriam começar do zero e os parentes queriam estar ao lado dos dois. Só que a sessão não ocorreu porque o juiz relator não apareceu. Tinha outro compromisso. A sessão foi remarcada para a segunda que vem. Alguns parentes não poderão ficar. Para os que ficam e para as duas vítimas, deixo a torcida para que desta vez o erro comece a ser corrigido. Resta ainda a pergunta: o que esse descaso com o erro revela do nosso Judiciário? Será que



este poder realmente se preocupa em prestar contas de suas obrigações à sociedade?

Fonte: [blogs.estadao.com/JusBrasil](https://blogs.estadao.com/JusBrasil)

## Cantora africana clareia a pele e abre discussão sobre autoestima de negros

Publicado por Luciana Pioto

"Branco significa puro" argumenta a cantora nigeriana Dencia, durante uma entrevista para o canal britânico de televisão "Channel 4", em defesa do creme clareador de manchas escuras Whitenicious, desenvolvido por ela. O produto se tornou polêmico após a artista negra aparecer com a pele significativamente mais clara após usá-lo, causando um furor entre jovens africanos que, como a estrela pop, desejam se tornar brancos.

O site do cosmético apresenta informações vagas sobre sua composição, informando apenas a presença de ingredientes naturais de alta qualidade. O rótulo do creme clareador menciona extrato de aloe vera e vitamina C, componentes que, segundo a dermatologista da Unifesp (Unifersidade Federal de São Paulo) Valéria Petri, não são capazes de promover um clareamento extenso total quanto o apresentado pela estrela pop africana. Ela ainda alerta que o uso de vitamina C em grande quantidade pode provocar alguns tipos de câncer de pele.

A dermatologista acredita que o Whitenicious contenha hidroquinona em sua fórmula, derivado da borracha com grande potencial carcinogênico que é proibido no Brasil pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). De acordo com ela, a substância também pode provocar lúpus (uma doença autoimune), hipertensão e até mesmo a modificação do DNA com prejuízo a gerações futuras. "Não há sentido em clarear uma pessoa negra, porque ela foi preparada pela natureza com aquela quantidade de pigmento para ser protegida do sol", afirma Valéria.

Mesmo com tantos riscos à saúde, jovens africanos, indianos e norte-americanos estão pagando até U\$S 160 por um frasco de 60 ml do cosmético da empresa de Dencia, com sede na Califórnia, nos Estados Unidos. O produto também tem causado a curiosidade de alguns brasileiros, que aparecem pedindo informações em páginas de redes sociais de sites especializados em importação.

Atacada pela imprensa internacional e por comunidades negras, Dencia rebate dizendo que a polêmica alimenta suas vendas e usa o Twitter para provocar seus críticos, como ao retuitar uma seguidora: "o creme é para manchas escuras, mas se você sentir que todo o seu corpo é uma mancha escura, use nele todo".

A dermatologista acredita que o Whitenicious contenha hidroquinona em sua fórmula, derivado da borracha com grande potencial carcinogênico que é proibido no Brasil pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). De acordo com ela, a substância também pode provocar lúpus (uma doença autoimune), hipertensão e até mesmo a modificação do DNA com prejuízo a gerações futuras. "Não há sentido em clarear uma pessoa negra, porque ela foi preparada pela natureza com aquela quantidade de pigmento para ser protegida do sol", afirma Valéria.

Mesmo com tantos riscos à saúde, jovens africanos, indianos e norte-americanos estão pagando até U\$S 160 por um frasco de 60 ml do cosmético da empresa de Dencia, com sede na Califórnia, nos Estados Unidos. O produto também tem causado a curiosidade de alguns brasileiros, que aparecem pedindo informações em páginas de redes sociais de sites especializados em importação.

Atacada pela imprensa internacional e por comunidades negras, Dencia rebate dizendo que a polêmica alimenta suas vendas e usa o Twitter para provocar seus críticos, como ao retuitar uma seguidora: "o creme é para manchas escuras, mas se você sentir que todo o seu corpo é uma mancha escura, use nele todo".

"Vocês são tão rápidos porque passam muito tempo fugindo da polícia?" (em tradução livre), diz uma das placas da campanha contra o racismo organizada por estudantes de Harvard, EUA. Por meio de um projeto fotográfico publicado no Tumblr, os alunos se manifestam mostrando frases com comentários racistas já ouvidos por eles Leia mais Reprodução/itooam harvard. Tumblr. Com Comunidade negra reflete sobre a auto estima Para a cantora Sandra de Sá, este tipo de produto pode abalar a autoestima do negro, mas a palavra-chave deve ser consciência. "Não sou contra alisamento de cabelo, por exemplo, desde que seja feito de forma consciente", e alerta: "pior que o preconceito, é o complexo".

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) lembra que todos têm direito a se submeter a tratamentos de beleza e que alisamento de cabelo é um procedimento procurado não apenas por negros, mas por pessoas de diferentes etnias. "Não podemos chegar ao ponto de perder nossa identidade", afirma ao referir-se ao clareamento de pele da população negra.

O gerente de projetos da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Felipe da Silva Freitas afirma que discutir por que os negros não são valorizados como belos na sociedade é fundamental para entender o interesse por esse tipo de produto: "É lamentável que este clareador de pele se beneficie dos problemas que o racismo provoca na autoestima das pessoas negras. E alerta:" existe uma tendência negativa de responsabilizar a pessoa negra, que é vítima do racismo, pela reprodução do racismo ".

Já o músico Macau, compositor da música " Olhos Coloridos ", que ganhou fama na voz de Sandra de Sá - acredita que, embora os negros brasileiros tenham avançado nos últimos anos, muitos também queiram clarear a pele com a intenção de abrir as portas da sociedade." Na hora de procurar emprego, por exemplo, o negro vai concorrer com o branco, por isso ele imita a roupa e o cabelo do branco ", afirma Macau." O negro deve deixar os porões da sociedade e abandonar a cruz da escravidão ", complementa o músico.

O rapper paulistano Max Dmn acredita que o hip hop tem contribuído para que o negro brasileiro aceite sua cor e seu cabelo e lamenta que exista um produto capaz de clarear a pele das pessoas. Ele associa a baixa autoestima dos negros à falta de referência para as crianças da etnia:"Você liga a TV e só vê desenhos animados com pessoas brancas de cabelo liso e artistas brancos. Se não houver orientação da família sobre o valor das diferenças étnicas, é claro que a criança vai querer reproduzir o mundo maravilhoso que vê na TV", analisa Dmn.

Manifestações de racismo não devem intimidar os negros Benedita da Silva, que hoje tem 72 anos, diz que o cargo político não a livrou do preconceito e recorda que, na infância, a discriminação racial a fez ter vontade de não ser negra:"tive atitudes horrorosas de negação da cor da minha pele. Mas o apoio de uma criança branca me fez dar a volta por cima antes de chegar à adolescência".

Diferentemente da deputada, Sandra de Sá diz que nunca se apavorou com preconceito, mesmo na ocasião em que, há 28 anos, foi obrigada a usar o elevador de serviço para subir ao apartamento do padrinho de seu filho Jorge de Sá, o músico Cazuzza. De acordo com a cantora, ela e seus pais agiram com tranquilidade, já sabendo o que aconteceria quando o porteiro do prédio, que também era negro, proibiu que eles subissem no elevador social:" O Cazuzza e a mãe dele, a Lucinha Araújo, desceram querendo prender o cara ", lembra com bom humor.

Macau conseguiu transformar a revolta do episódio em que foi vítima de racismo, no início da década de 80, na letra de uma música que virou um dos principais hinos da comunidade negra. O músico conta que estava com um amigo em uma exposição escolar no Estádio do Remo da Lagoa, na zona sul do Rio de Janeiro, quando foi abordado por um policial.

"Eu apresentei minha identidade e ele queria que eu o acompanhasse. Uma discussão se iniciou quando eu não quis acompanhá-lo. Então eu fui chamado de crioulo e apanhei". A confusão terminou na delegacia onde Macau passou a noite até ser libertado por um padre." Quando saí de lá, fui para

a praia do Leblon e chorei ", lembra ao contar como a letra de " Olhos Coloridos "surgiu em sua cabeça.

Mais de 30 anos se passaram e histórias como a de Macau ainda se repetem, como a do ator Vinícius Romão, preso por engano no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2014." Estes episódios recentes demonstram que a luta contra a discriminação não está concluída na sociedade ", afirma Freitas.

Max Dmn lembra que há 15 dias saía de uma agência bancária quando uma mulher em sua frente se virou para trás e segurou a bolsa assustada:" Eu também me assustei e olhei pra trás com medo, mas percebi que era pra mim que ela estava olhando, era a mim que ela temia ", conta o rapper que lamenta ter ouvido da mulher um " obrigado ", ao invés de " desculpa ", quando ele disse a ela que não iria assaltá-la.

**Fonte: Geledes.org /JusBrasil – Por Nelci Gomes**

**Filiado a:**

